

Petrobras

A110-867

Fale com a editora:

Elaine Silva - ecferreira@redgazeta.com.br



ECONOMIA



www.twitter.com/gazetaeconomia

www.agazeta.com.br/economia

Doce. Kit Kat, o chocolate mais vendido em todo o mundo, segundo a Nestlé, estará de volta às prateleiras brasileiras a partir de 1º de julho. O produto será importado da Europa.

Partilha. Projeto reduz à metade o valor recebido e ameaça estimativa de ganho, superior a R\$ 1 bi

Proposta congela royalties do Estado em R\$ 540 milhões

Modelo prevê que Estados produtores recebam média do montante alcançado nos últimos 5 anos

DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

Uma nova proposta de divisão dos royalties do petróleo ameaça retirar mais da metade do que o Estado e os municípios capixabas recebem anualmente. Desta vez, o senador Wellington Dias (PT) e o deputado federal (Marcelo Castro (PMDB), ambos do Piauí, é que propõem uma nova forma de dividir o dinheiro dos Estados e municípios produtores.

Apresentada ontem ao presidente do Senado, José Sarney, a nova proposta prevê o seguinte: os Estados e municípios produtores...

Entenda a novela da divisão dos royalties

Divisão atual (áreas já concedidas)



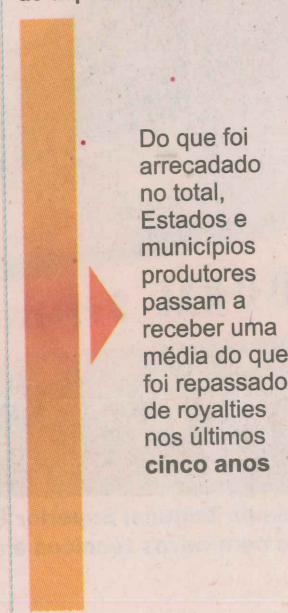
Acordo/proposta do governo (áreas a serem concedidas)



Emenda Simon/lbsen (vetada por Lula)



Proposta do senador Wellington Dias (PT-PI) e do deputado federal Marcelo Castro (PMDB-PI)



Dinheiro do Estado ficaria congelado em **R\$ 540 milhões** eternamente

O PROBLEMA É:

Previsão de recolhimento de royalties em 2011: **R\$ 1,2 bilhão**

Perda com este projeto para o ES: **R\$ 660 milhões** por ano, levando em conta a receita de 2011. O grave é que a receita tende a crescer nos próximos anos ainda mais

O restante dos royalties será dividido entre os outros Estados e municípios do país com base do FPE e FPM

seguinte: os Estados e municípios produtores receberiam o equivalente à média paga nos últimos cinco anos. O restante seria partilhado entre todos os Estados e municípios com base nos critérios de divisão do Fundo de Repasse dos Estados (FPE) e municípios (FPM).

Não está claro, pela proposta dos parlamentares nordestinos, se os Estados produtores entrarão também na divisão com base no FPE e FPM. Se isto acontecer, o Espírito Santo deixaria de receber cerca de R\$ 1,2 bilhão (estimativa para este ano) e passaria a ganhar, fixo, cerca de R\$ 540 milhões.

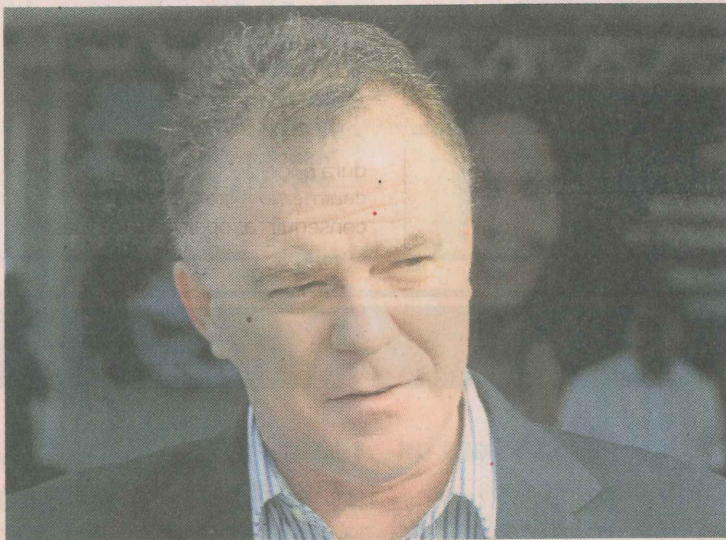
ESTRATÉGIA

Além do surgimento desta nova proposta, os Estados produtores temem que o Congresso avalie o veto dado pelo presidente Lula, no final do ano passado, à Emenda Ibsen/Simon. Se esta emenda passar a valer, com a derrubada do veto pelo Congresso, entrará em vigor então a proposta de divisão de todos os royalties com base no FPE e FPM.

“Esta é uma situação que não podemos aceitar”, afirmou o governador Renato Casagrande. Depois de conversar com os governadores do Rio, Sérgio Cabral, e de São Paulo, Geraldo Alckmin para articular uma reunião de emergência, Casagrande convocou para segunda-feira, às 14 horas, no Palácio Anchieta, uma reunião para discutir as estratégias.

“Estamos convocando a sociedade em geral, as bancadas federal e estadual para avaliarmos a situação”, disse Casagrande. O encontro com Cabral e Alckmin também está sendo agendada para os próximos dias. “Queremos que seja respeitada a proposta negociada pelo presidente Lula. Não aceitamos a alteração no que já está contratado”, afirmou o governador.

RICARDO MEDEIROS



Articulação

“Estamos articulando uma reunião dos governadores dos Estados produtores para definir uma estratégia de ação”

RENATO CASAGRANDE. Governador do Estado

CHICO GUEDES



Respeito

“Os contratos precisam ser respeitados, e uma nova proposta de distribuição de royalties deve valer só para o pré-sal”

RICARDO FERRAÇO. Senador

Dilma apela por acordo

Presidente espera que haja consenso até 13 de julho, data limite para análise do veto de Lula

BRASÍLIA

■ A presidente Dilma Rousseff pediu ontem a governadores do Norte e Nordeste que busquem um acordo para os critérios de distribuição dos royalties do pré-sal.

Como o Congresso Nacional vai analisar o veto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à matéria, com risco de aliados do governo ajudarem a derrubá-lo, a presidente

espera que até 13 de julho haja acordo sobre a polêmica divisão - data fixada como limite no Congresso para a análise do veto.

Os governadores defendem uma proposta alternativa, que reúna parte do projeto do governo, aliado à sugestão apresentada pelo senador Wellington Dias (PT-PI).

Já o texto de Lula, que tramita na Comissão de Minas e Energia da Câmara, destina 22% para a União, 25% para os Estados produtores, 6% para os municípios produtores, 3% para municípios atingidos pelo embarque de óleo e gás, além de 44 para os demais Es-

tados e municípios com base nas regras dos fundos.

“Os governadores vão tentar chegar a um consenso. É possível garantir a distribuição sem perdas”, disse o governador do Pará, Simão Jatene (PSDB).

O governador de Sergipe, Marcelo Déda (PT), afirmou que Dilma defendeu o acordo sem entrar no mérito da questão - já que os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo reivindicam a maior fatia dos royalties.

O Congresso aprovou a divisão dos royalties, mas Lula vetou o texto para derrubar a chamada Emenda Ibsen.

Bancadas pressionam para avaliação do veto

■ “A avaliação do veto dado à Emenda Ibsen/Simon está sendo pedida por 24 coordenadorias de bancada no Congresso Nacional. A pressão é muito grande e não há como Rio, São Paulo e Espírito Santo resistirem. Temos que negociar uma proposta equilibrada”, afirmou ontem o senador Ricardo Ferraço sobre as tentativas dos Estados do Norte e Nordeste de conseguir uma nova divisão dos royalties.

Ontem à tarde Ferraço garantiu a participação na comissão de senadores e deputados que negociará o entendimento entre os Estados produtores e não produtores. “Ainda não tive tempo para fazer uma análise técnica da proposta do senador Wellington Dias, mas já deu para perceber que ela é prejudicial para o Estado”, afirmou o senador do PMDB.

Cálculos feitos pelo secretário de Desenvolvimento, Márcio Félix Bezerra, mostra que a média recebida pelo Estado nos últimos cinco anos é de R\$ 540 milhões. Este seria o total que os capixabas receberiam se esta última proposição passar no Congresso. A estimativa é que Estado e municípios capixabas recebam, este ano, R\$ 1,2 bilhão em royalties.

O que Rio, São Paulo e Espírito Santo querem é que sejam cumpridos os contratos em relação aos campos de petróleo já em produção. E que seja avaliado e votado no Congresso o projeto de lei encaminhado pelo presidente Lula em 2010. (Denise Zandonadi)

Sarney defende distribuição igualitária

■ O presidente do Senado, José Sarney, defendeu ontem a distribuição igualitária para todos os Estados da Federação dos recursos dos royalties oriundos da exploração do petróleo na camada pré-sal. Porém, para ele, é preciso buscar alternativas a fim de que os Estados produtores - Rio, Espírito Santo e São Paulo - não sejam prejudicados. Pela manhã, ele receberá os governadores das regiões Norte e Nordeste que apresentarão uma série de reivindicações sobre o assunto.